

## Recomendação

### Uma abordagem biopsicossocial no consumo de substâncias psicoativas ilícitas

Considerando que:

- Há 33 anos que existem na Europa instalações de consumo protegido de droga, onde podem ser consumidas drogas ilícitas sob a supervisão de profissionais. Estas instalações têm como objetivo principal reduzir os riscos associados ao consumo de substâncias, tais como a transmissão de doenças devido a práticas de injeção anti-higiénicas, prevenir as mortes por overdose de droga e pôr em contacto os consumidores com os serviços de saúde e sociais.<sup>1</sup>
- Segundo o Observatório Europeu de Drogas, as salas também têm potencial para preservar os utilizadores de conflitos sociais, pois contam com um local seguro e não exposto para o uso de drogas. Segundo o relatório *Salas de Consumo Assistido na Europa: Modelos, Boas Práticas e Desafios*, da Rede Europeia de Redução de Riscos, co-existem atualmente diferentes modelos de salas de consumo: de modelos mais simplistas ao biopsicossocial, passando pelo das unidades móveis.
- No estudo encomendado pela Câmara Municipal do Porto e realizado pelo Instituto de Saúde Pública do Porto, as entrevistas em profundidade, aos utilizadores e ex-utilizadores, corroboram as opiniões positivas à criação de salas de consumo protegido e o reconhecimento das suas vantagens para a saúde. Também a população em geral mostrou um parecer favorável ao estabelecimento destas salas e a opinião destas pessoas e dos utilizadores contactados na rua difere apenas relativamente à localização das salas, uma vez que 40% da população em geral considera que se deveriam localizar próximo de hospitais e 22% fora de zonas de residências. Já os utilizadores contactados na rua referem que estas salas devem

---

<sup>1</sup> [http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/2734/Drug%20consumption%20rooms\\_POD2017\\_PT.pdf](http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/2734/Drug%20consumption%20rooms_POD2017_PT.pdf)

ficar próximas do local de consumo ou de venda, referindo-se aos locais onde se encontravam ou onde foram inquiridos.

- o empenho das Organizações Não Governamentais que trabalham nesta área de intervenção social, apresentando uma proposta, “a proposta do consórcio” (APDES, ARRIMO, CASO, Médicos do Mundo (MdM), Norte Vida, SAOM e FPCEUP). No documento apresentado, é proposto o investimento na criação de uma estrutura fixa amovível na zona Ocidental da cidade do Porto e uma outra estrutura móvel que circule pela zona Oriental, zona histórica e Vila Nova de Gaia; que esteja aberta todos os dias da semana em horário alargado e adaptado às necessidades da população-alvo e que, além da promoção de um ambiente protegido, seguro e higiénico para a realização dos consumos (endovenosos, inalados, fumados), garanta aconselhamento antes, durante e após o uso; cuidados de enfermagem, consultas médicas, encaminhamento para programas de substituição opiácea ou de tratamento e mediação com a rede de suporte sócio sanitário. Importa que assegure o apoio psicossocial, os cuidados básicos, nomeadamente higiene pessoal e lavandaria. Esta proposta pretende que se implemente um programa piloto de um ano, devidamente avaliado e que permitirá a tomada de decisões mais rigorosa sobre a continuidade destes serviços.
- Em sede de comissão foi possível perceber que para complementar o trabalho das equipas de rua dos diferentes territórios há a necessidade disponibilização de um espaço de consumo seguro, asséptico e acolhedor bem como o alcance de uma população oculta que ainda não acede aos serviços de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) disponíveis. Servirá, por isso, como uma resposta complementar e de reforço aos serviços já existentes. Ficou também bem assente a importância de se apostar num modelo biopsicossocial, validado pelo próprio Senhor Vereador do Pelouro da Ação social

- Na abertura da 26.<sup>a</sup> Conferência Internacional de Redução de Riscos, o Senhor Presidente da Câmara anunciou que vai avançar com o apoio ao consumo protegido na cidade. Na sua intervenção, esclareceu que a operação deve consistir numa ação política e estratégica em concertação com "aquilo a que o Ministério da Saúde e as nossas excelentes organizações não-governamentais serão certamente capazes de providenciar a todos aqueles que precisam". Também nesta intervenção foi referido que a Câmara Municipal do Porto irá apresentar uma estratégia municipal para as dependências, tendo em conta documentos já apresentados pelo executivo municipal, nomeadamente o Plano Municipal de Saúde e o Programa Porto. Cidade Sem sida, no âmbito das Fast-Track Cities;

Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal do Porto , na sua Sessão Extraordinária de 17 de junho de 2019, recomende à Câmara Municipal do Porto que:

- dê conhecimento às pessoas do Porto dos trabalhos realizados em sede de assembleia municipal sobre esta temática e as conclusões retiradas;
- numa perspetiva gradual, assumir que o projeto-piloto das salas de consumo protegido só poderá estar concluído quando todo o território do Porto tiver resposta;
- assumir um modelo biopsicossocial no funcionamento das salas de consumo protegido;
- unir esforços com a ARS Norte para junto do SICAD garantir a abertura e funcionamento e sustentabilidade destes espaços no Porto, com a maior brevidade possível dada a situação de emergência social que se vive em alguns territórios da cidade;
- incluir a comunidade envolvente (uniões de freguesia, moradores, associações locais, comércio, serviços, profissionais, famílias e utilizadores) na construção, acompanhamento e monitorização das respostas de consumo protegido;

- articular os dispositivos de consumo protegido com as forças de autoridade, promovendo uma lógica de proximidade;
- envolver as Organizações Não Governamentais que atuam nesta matéria, mantendo-as informadas e consultando-as, sempre que considerar importante;

Mais ainda, se propõe que a Assembleia Municipal do Porto possa recomendar ao Ministério da Saúde que a intervenção, em matéria de dependências, caminhe no sentido da dignificação da intervenção em redução de riscos e minimização de danos, nomeadamente no que ao financiamento diz respeito, construindo uma resposta e serviço consistente no tempo e com financiamento adequado às reais necessidades destas populações e ainda que se possam melhorar as boas práticas, nomeadamente no que diz respeito à Educação de Pares, à distribuição gratuita de material para consumo fumado e complementar o kit troca de seringas.